



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 19740.000206/2003-55
Recurso nº De Ofício e Voluntário
Resolução nº 2202-000.453 – 2^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Data 12 de março de 2013
Assunto Sobrestamento
Recorrente BANCO NACIONAL SA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BANCO NACIONAL SA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

RESOLVEM os Membros da 2^a Turma Ordinária da 2^a Câmara da 2^a Seção de Julgamento do CARF, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Fez sustentação oral, seu representante legal, Dr. Bruno Rodrigues Teixeira Lima, inscrito na OAB/DF sob o nº 31.591.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Rafael Pandolfo, Antonio Lopo Martinez, Odmir Fernandes, Pedro Anan Junior e Nelson Mallmann.

RELATÓRIO

Em desfavor do Contribuinte, BANCO NACIONAL SA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL., foi lavrado auto de infração referente à DCTF do terceiro e quarto trimestres de 1998, lavrado pela Deinf/RJ, atual Demac/RJO.

No auto de infração foi formalizada a exigência de IRRF, no valor de R\$5.138.914,54, multa de 75% e juros de mora calculados até 30/06/2003.

Conforme descrição dos fatos, enquadramento legal e anexos do auto de infração, a autuação resultou de procedimento de auditoria interna de DCTF na qual foi apurado que, em determinados períodos do ano de 1998, ocorreu falta ou recolhimento a menor de IRRF, códigos 0561, 0588, 1708 e 8045, conforme Anexo I, Anexo II, e Anexo III.

Inconformada com o lançamento, a Interessada apresentou impugnação em 01/08/2003, após ciência ocorrida em 04/07/2003, alegando que os débitos objetos do lançamento foram anteriormente compensados através do processo 10305.000299/98-63, sendo que os débitos foram por equívoco e inadvertidamente, transferidos para os processos:

10768.012491/2001-11,

10768.012495/2001-91,

10768.012494/2001-46,

10768.012493/2001-00,

10768.012492/2001-57,

10768.012490/2001-68,

10768.012521/2001-81,

10768.012520/2001-36,

10768.012519/2001-10.

O processo foi remetido à EQCOR/DIORT da DemacRJ, para que fossem analisadas as compensações acima mencionadas.

Às fls.79, há petição da Interessada requerendo que fosse declarada a insubsistência do referido auto de infração, cancelando os lançamentos efetuados, para desconstituir o crédito tributário ora lançado, e, ao final arquivado, uma vez que já se passaram 08 (oito) anos, por ocasião da apresentação da Impugnação e o processo em destaque continua com a situação fiscal suspensa aguardando julgamento da Impugnação.

Nos autos consta cópia das decisão que tratou da referida compensação.

No parecer e despacho de revisão de ofício, consta que:

- no processo 10305.000299/98-63 foi reconhecido direito creditório a favor da interessada conforme cópia da decisão às fls. 33/40;
- da tal saldo credor foi compensado com os débitos controlados pelos processos acima mencionados e também com os processos 10768.012517/2001-12 e 10768.012518/200167, todos cadastrados por transferência de débitos do processo 10305.000299/9863, e inscritos em Dívida Ativa da União, conforme fls. 42/66;
- o crédito foi suficiente para liquidar as inscrições em dívida ativa, restando saldo credor a ser utilizado em futuras compensações, conforme despacho decisório no processo de compensação;
- objetivando verificar quais parcelas do auto de infração foram quitadas por compensação, foi elaborada a planilha de cálculo de fls.272/299 com base nos extratos dos processos de fls.97/271, em que foram separados os valores constantes no sistema PROFISC em cada coluna por vencimento do débito, considerando que cada vencimento corresponde a um determinado período de apuração (PA), ao final de cada coluna consta em negrito o somatório dos seus valores;
- na planilha de cálculo de fls.300 foram deduzidos dos valores lançados de ofício as parcelas confirmadas como compensadas de acordo com o vencimento do período;
- se o valor compensado excedia o valor lançado de ofício, foi considerado como zero o valor mantido do auto de infração.

No despacho decisório consta que após a revisão de ofício foi reduzido o valor total do débito conforme planilha de fls.300.

A DRJ – Rio de Janeiro ao apreciar as razões do interessado, julgou a julgar improcedente:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano calendário: 1998

DCTF, IRPF, COMPENSAÇÃO PARCIAL.

Mantém se o lançamento do IRPF quando comprovado que parte dos débitos não foi compensada anteriormente.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Insatisfeito, o interessado interpõe recurso voluntário, onde enfatiza em especial os seguintes pontos:

- Da preliminar de ilegalidade do lançamento de ofício da constituição do crédito tributário por declaração (Auto de Lançamento via DCTF);

- Da cobrança em duplicidade – inscrição em dívida ativa e posterior lavratura de auto de infração – Débito extintos.

- Da cobrança indevida de juros e da multa punitiva aplicada após a decretação da liquidação extrajudicial.

E o relatório.

VOTO

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso voluntário reúne os pressupostos de admissibilidade previstos na legislação que rege o processo administrativo fiscal e deve, portanto, ser conhecido por esta Turma de Julgamento.

Ante de analisar o processo, resta observar que o recorrente aponta mais uma vez que estaria ocorrendo cobrança em duplicidade – inscrição em dívida ativa e posterior lavratura de auto de infração – Débito extintos.

Indica que teria pago determinado tributos tal como ilustra em seu recurso a fls. 09.

Valor mantido na declaração	Valor exigido em CDA	Número da CDA	Situação da CDA
8.824,97	8.824,97	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
7.108,56	7.108,56	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
7.328,72	7.328,72	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
232,04	232,04	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
660,85	660,85	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
2.909,19	2.909,19	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
18.285,51	18.285,51	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
4.840,68	4.840,68	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.587,55	1.587,55	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
11.785,82	11.785,82	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
12.613,23	12.613,23	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
934,77	934,77	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.671,88	1.671,88	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
5.882,69	5.882,69	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
634,39	634,39	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
5.219,49	5.219,49	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
850,45	850,45	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
4.259,44	4.259,44	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.064,91	1.064,91	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.164,70	1.164,70	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.736,07	1.736,07	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
3.009,47	3.009,47	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
2.120,51	2.120,51	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
1.542,67	1.542,67	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento
654,59	654,59	70.2.01.005395-75	extinta por pagamento

Para reforçar apresenta documento de fls 374 a 449, onde acredita estar demonstrado a duplicidade da cobrança.

Da análise dos elementos trazidos presume-se que os argumentos são verossímeis e demonstram que os créditos mantidos às fls. 300, podem estar sendo exigidos em duplicidade, face a circunstância de que os mesmos foram extintos por pagamento.

Diante dos fatos, para que não reste qualquer dúvida no julgamento, entendo que o processo ainda não se encontra em condições de ter um julgamento justo, razão pela qual voto no sentido de ser convertido em diligência para que a repartição de origem para que :

1 – Examine a documentação e argumentos apresentados no recurso, manifestando-se quanto à sua plausibilidade dos mesmos;

2 – Realize intimações e diligências julgadas necessárias para formação de convencimento;

3 – Que a autoridade fiscal se manifeste, em relatório circunstanciado e conclusivo, sobre a validade das alegações juntadas no recurso no relativo a que já teria ocorrido o pagamento, dando-se vista ao recorrente, com prazo de 20 (vinte) dias para se pronunciar, querendo. Após vencido o prazo, os autos deverão retornar a esta Câmara para inclusão em pauta de julgamento.

É o meu voto.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez